



INSCREVA-SE



Para: Prefeitos, Secretários, Assessores e Servidores da Administração Pública

ENCONTRO DE EXECUTIVOS

DESAFIOS E SOLUÇÕES PARA A EXCELÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA -

ATUALIZAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO

DATA DE INÍCIO: 11/11/25

DATA DE CONCLUSÃO: 14/11/25



BAIXAR FOLHETO DO CURSO

AUTORIDADES CONVIDADAS

EM CONSTRUÇÃO: NOVOS NOMES SERÃO ADICIONADOS



SECRETÁRIO
EDILSON BRUM

Secretário Estadual da
Agricultura do Estado do Rio
Grande do Sul



SECRETÁRIO
GILMAR SOSSELLA

Secretário Estadual de Trabalho
e Desenvolvimento Profissional



SECRETÁRIO
RONALDO SANTINI

Secretário Estadual de Turismo
do Estado do Rio Grande do Sul



DEPUTADO
FEDERAL POMPEO
DE MATTOS

Deputado Federal



COMANDANTE
NADIA

Presidente Câmara de Porto
Alegre

O INLEGIS CONVIDOU POLÍTICOS DE TODAS AS CORRENTES IDEOLÓGICAS, MAS ALGUNS NÃO PUDEAM ACEITAR POR CONFLITO DE AGENDA.



CURSO GRANDE ENCONTRO: DESAFIOS E SOLUÇÕES PARA A EXCELÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA - ATUALIZAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO

O Grande Encontro de Gestão Pública foi pensado para prefeitos, vereadores, secretários, assessores e servidores que buscam soluções inovadoras e práticas para os principais desafios da administração municipal. O evento vai reunir deputados estaduais e federais, secretários de Estado, auditores e autoridades de destaque, promovendo um espaço exclusivo de atualização, networking e troca de experiências. Serão debatidos temas como inovação na gestão, modernização administrativa, transformação digital, fiscalização e transparência, políticas públicas estratégicas, controle de gastos, governança, parcerias institucionais e responsabilidade social. O encontro é uma oportunidade única para fortalecer lideranças e construir soluções para o futuro da gestão pública.



PROGRAMAÇÃO

PRINCIPAIS INFORMAÇÕES



INVESTIMENTO

O investimento para este super evento é de **R\$1690,00** por inscrição no primeiro lote do curso



CERTIFICADO

Os participantes do curso recebem certificado de participação. Nossos certificados podem ser usados para comprovação de horas extra curriculares em faculdades e cursos



HORAS-AULA

Este curso tem duração de 22h aula, e será emitido certificado ao final do treinamento para quem cumprir mínimo de 75%.



LOCAL

PORTO ALEGRE-RS

Local: Auditório do INLEGIS: Rua Jerônimo Coelho, 354



PRIMEIROS INSCRITOS

KIT DE BOAS VINDAS

Atenção! **Somente os primeiros 30 inscritos** com inscrição confirmada receberão um exclusivo kit de boas-vindas. Este kit inclui uma mochila de couro s. elegante, uma garrafa termica de água e um bloco de anotações. Não perca essa oportunidade única de garantir seu kit especial. Inscreva-se agora e garanta seus brindes!



HORÁRIOS, PÚBLICO ALVO E MAIS

PROGRAMAÇÃO

HORÁRIOS

Programação

Terça-feira:

09h - Credenciamento, Retirada de Material

14h - 17h: Turno de Aula

Quarta-feira:

09h - 11h:50min: Turno de Aula

14h - 17h: Turno de Aula

Quinta-feira:

09h - 11h:50min: Turno de Aula

PÚBLICO

Alvo

Destinado a todos os profissionais envolvidos na gestão pública municipal, incluindo Prefeitos, Vice-Prefeitos, Presidentes de Câmara, Vereadores, Assessores, Servidores Públicos, Agentes Administrativos, Chefes de Gabinete, Contadores, Tesoureiros, Técnicos Legislativos, Diretores de Departamento, Secretários Municipais, Procuradores Jurídicos,

AULAS

+ 20 Aulas

Participe deste seminário imperdível, que oferece uma oportunidade única de aprimorar suas habilidades na administração pública. Com mais de 20 palestras abrangendo temas essenciais, você terá acesso a conhecimentos valiosos de professores renomados em suas áreas de atuação. Este evento é fundamental para quem busca excelência na gestão pública.

EMPENHO

Dados

INLEGIS - Consultoria e Treinamento
CNPJ: 30.050.141/0001-80.
INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 608.267.2.0
ENDEREÇO: Rua Jerônimo Coelho, 354, centro, Porto Alegre
EMAIL: financeiro@inlegis.com.br
FONE: 51-3015-5809

- Sexta-feira:**
08h30min - 10:30h: Turno de Aula
11h: Entrega do Certificado.

Departamento de Pessoal, Controladores Internos, Assessoria de Imprensa, Oficiais de Gabinete, atendentes ao público e todos os demais profissionais do setor público municipal que buscam aprimoramento e atualização nos temas administrativos, jurídicos e legislativos.

práticas e inovação no setor. Não perca a chance de aprender com os melhores e se destacar profissionalmente!



PROGRAMAÇÃO

PRINCIPAIS PALESTRAS

Conheça nossos instrutores: especialistas renomados com vasta experiência em suas áreas, prontos para compartilhar conhecimentos valiosos e práticas inovadoras. Aproveite essa oportunidade única de aprendizado e crescimento!

EVENTO PRESENCIAL

A energia de um evento presencial com várias surpresas que preparamos para você será uma experiência indescritível!

NOVAS PALESTRAS

Todas as Palestras trazidas neste seminário são inteiramente inéditas em nossa grade. Informação inédita e atual.

TEMAS RELEVANTES

Nossa equipe pensou em cada tema e como ele poderá contribuir para o desenvolvimento Municipal. Temas de relevância e atuais.

MAIS DE 20 PALESTRAS

Para este Grande Evento o INLEGIS convidou + de 20 palestrantes, todos com vários anos de atuação e referência em seu campo de conhecimento.

PALESTRAS

BOAS PRÁTICAS

COMUNICAÇÃO SEM RUÍDOS NO PODER PÚBLICO

Descrição:

Diretrizes para reduzir falhas de entendimento na comunicação governamental, garantindo mensagens claras, consistentes e acessíveis a servidores e cidadãos. Enfoque em padronização, linguagem simples, governança de canais e gestão de riscos comunicacionais.

Tópicos:

1. Princípios de comunicação clara: linguagem simples, objetividade e foco no público-alvo
2. Padronização de fluxos e documentos: modelos, checklists e validações internas
3. Acessibilidade e inclusão: formatos acessíveis, comunicação visual e adequações legais
4. Gestão de ruídos e crises: monitoramento, correções rápidas e mensagens unificadas

PAULO BORGES

O Homem do Tempo na RBS, Jornalista, Deputado Estadual e Diretor de comunicação na Assembleia Legislativa do RS

LIÇÕES DE UMA VIDA PÚBLICA

ÉTICA E FEDERAÇÃO: LIÇÕES DE UMA VIDA PÚBLICA — DO PALÁCIO PIRATINI AO SENADO

Descrição:

Reflexões sobre ética na vida pública e os desafios do federalismo brasileiro, a partir de uma trajetória que vai do Palácio Piratini ao Senado. Ênfase em integridade, cooperação federativa, tomada de decisão responsável e prestação de contas à sociedade.

Tópicos:

1. Princípios de integridade e dilemas éticos no exercício do poder
2. Federalismo cooperativo: coordenação entre União, Estados e Municípios

PEDRO JORGE SIMON

Pedro Jorge Simon foi um político, advogado e professor brasileiro. Ele representou o Rio Grande do Sul no Senado Federal por mais de 30 anos. Antes disso, atuou como governador do Rio Grande do Sul de 1987 a 1990. Simon também foi Ministro da Agricultura de 1985 a 1986.

ADOBTENÇÃO DE RECURSOS

SECRETARIA DA AGRICULTURA: AÇÕES AFIRMATIVAS DE GOVERNO PARA APOIO DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS



SECRETÁRIO EDILSON BRUM

Secretário Estadual da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul

[AGUARDANDO CONFIRMAÇÃO]

Descrição:

Diretrizes para estruturar políticas e programas da **Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação** voltados aos **pequenos municípios**, articulando assistência técnica, financiamento, infraestrutura hídrica e inclusão produtiva com foco em resultados e rastreabilidade

Tópicos:

1. Mapeamento de vocações locais e cadeias curtas (agroindústria, cooperativismo e APLs)
2. Assistência técnica e extensão rural: metas, indicadores e formação continuada
3. Financiamento e fomento: editais, convênios, MROSC e contrapartidas municipais
4. Irrigação, conservação de água e solo e adaptação climática (barragens, microaçudes e PSA)
5. Sanidade, certificações e acesso a mercados (FAA/PNAE, compras públicas e rotulagem)

SECRETARIA DE TURISMO

O TURISMO COMO MOTOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.



SECRETÁRIO RONALDO SANTINI

Secretário Estadual de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul

[AGUARDANDO CONFIRMAÇÃO]

Descrição:

Como posicionar o turismo municipal como motor de desenvolvimento econômico e social, gerando emprego, renda e inclusão. Enfoque em planejamento, governança colaborativa, financiamento e mensuração de resultados

Tópicos:

1. Diagnóstico e portfólio: vocações, atrativos e roteiros integrados
2. Governança e parcerias: conselhos, consórcios, trade e terceiro setor
3. Infraestrutura e qualificação: acessibilidade, serviços e formação de mão de obra
4. Promoção e marketing territorial: marca, calendário de eventos e presença digital
5. Financiamento e captação: editais, convênios, MROSC e PPPs
6. Indicadores e impacto: fluxo, ticket médio, empregos, inclusão e sustentabilidade

FISCALIZAÇÃO

REGULAÇÃO DO SANEAMENTO NO RS: AGERGS, PREFEITURAS E OPERADORAS



LUCIANA LUSO DE CARVALHO

Luciana Luso de Carvalho é mestre em Direito e especialista em Regulação de Serviços Públicos pela UFRGS, onde também se graduou em Direito. Diretora da Associação Brasileira de Agências Reguladoras (ABAR) e coordenadora da Câmara Técnica de Direito do Consumidor, Mediação e Participação Social. Advogada licenciada. Possui ampla trajetória na administração pública, com destaque para sua atuação na Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS).

Descrição:

Papel da **AGERGS** na regulação e fiscalização dos serviços de **abastecimento de água e esgotamento sanitário** no RS, e as responsabilidades dos municípios como titulares, contratantes e controladores dos serviços, com foco em qualidade, tarifas e sustentabilidade.

Tópicos:

1. Titularidade municipal e competências regulatórias da AGERGS
2. Contratos de programa/concessão: cláusulas essenciais, metas e penalidades
3. Estrutura tarifária, revisões e modicidade: critérios e transparência
4. Indicadores de qualidade e continuidade: perdas, potabilidade, cobertura e eficiência
5. Fiscalização, sanções e planos de melhoria: interface com controle social
6. Governança e compliance: prestação de contas, dados abertos e relatórios regulatórios



JOSÉ FORTUNATI

Deputado estadual e federal, duas vezes vice-prefeito de Porto Alegre, secretário estadual da Educação e secretário municipal do Planejamento, além de secretário Extraordinário da Copa de 2014. No seu segundo mandato como vice-prefeito, em 2008, o atual prefeito da época José Fogaça renunciou ao cargo e, desde 2010, Fortunati assumiu o comando da Prefeitura de Porto Alegre.

BOAS PRÁTICAS

BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO PÚBLICA

Descrição:

Diretrizes objetivas para elevar a eficiência, a transparência e a entrega de valor ao cidadão. Ênfase em planejamento por resultados, governança de dados, controle interno e padronização de processos, com foco em conformidade e melhoria contínua.

Tópicos:

1. Planejamento estratégico e gestão por indicadores
2. Padronização de processos e mapeamento com foco no usuário
3. Governança, integridade e controle interno (três linhas de defesa)
4. Transparência ativa, dados abertos e comunicação institucional
5. Cultura de resultados: monitoramento, auditorias e melhoria contínua



COMANDANTE NADIA

Presidente da Câmara Municipal, eleita com destaque nas eleições de 2024. Tenente-Coronel da Brigada Militar, foi pioneira ao comandar um batalhão da BM no RS e criou a Patrulha Maria da Penha, referência nacional no combate à violência doméstica. É formada em Letras, com especialização em Psicologia Escolar e pós-graduação em Gestão Pública. Atua fortemente nas áreas de segurança, direitos da mulher e políticas sociais, sendo presidente de diversas Frentes Parlamentares como: Segurança Pública, Educação Infantil e Primeira Infância, Saúde Visual, Oncologia Infantil, Empreendedorismo e da Desburocratização, Saúde da Mulher e em Defesa da Escola Cívico-Militar.

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

Descrição:

Estruturação e fortalecimento da **Procuradoria Especial da Mulher** e de **Ouvidorias Ativas** no âmbito municipal, com foco em acolhimento qualificado, proteção de direitos e resposta institucional ágil. Ênfase em marco legal, fluxos integrados e indicadores para prevenção e enfrentamento às violências.

Tópicos:

1. Marco legal e competências: Procuradoria da Mulher, LAI, LOPD e normas correlatas
2. Governança e desenho institucional: atribuições, fluxos, regimentos e protocolos
3. Acolhimento e proteção: classificação de demandas, sigilo, risco e encaminhamentos à rede (DEAM/MP/Defensoria/Saúde/Assistência)
4. Ouvidoria Ativa e multicanal: escuta qualificada, acessibilidade, linguagem simples e retorno efetivo
5. Monitoramento e indicadores: painéis, metas, relatórios periódicos e transparência ativa
6. Prevenção e educação: violência política de gênero, campanhas, capacitação de equipes e parceiros

INSTRUÇÃO NORMATIVA 08

ORÇAMENTO IMPOSITIVO E ANÁLISE DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 08 DO TCE RS

Descrição:

Enfoque prático sobre **orçamento impositivo municipal** e os reflexos da **IN nº 08 do TCE** na prestação de contas e na remessa de informações. Orientações para conformidade, execução das emendas e ajustes de rotinas, com segurança jurídica e transparência.

Tópicos:

1. Fundamentos do orçamento impositivo e execução das emendas
2. Impedimento de ordem técnica, contingenciamento e cronograma de execução
3. Integração com PPA, LDO e LOA: alinhamento e priorização
4. IN 08 do TCE-RS: escopo, obrigações de remessa e pontos de atenção
5. Demonstrativos, trilhas de auditoria e prestação de contas ao controle externo
6. Governança, controles internos e indicadores para monitorar a execução



EDISON IMAR OLIVEIRA MELLO

Auditor Aposentado do TCE RS, Economista, Professor Universitário, Consultor de INLEGIS



CAROLINE TURRI

Caroline Turri é advogada com ampla experiência em Direito Público, Direito Eleitoral, Direito Digital, Contratos Administrativos e Compliance. Atuou como Coordenadora Jurídica na Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre (PGM), além de ter exercido funções estratégicas na METROPLAN, com foco em convênios, licitações, pareceres jurídicos e controle de legalidade perante órgãos de controle como a CAGE e o TCE. Possui pós-graduação em Direito Público com ênfase em Direito Constitucional. Com trajetória consolidada na gestão jurídica e institucional, Caroline também se destaca como palestrante nas áreas de Direito Administrativo, Empoderamento Feminino e Direito Eleitoral.

NEURODIVERGÊNCIAS:

AUTISMO (TEA) E OUTRAS NEURODIVERGÊNCIAS: PAPEL DO PODER PÚBLICO NA INCLUSÃO:

Descrição:

Orientações objetivas para que gestores e equipes estruturarem políticas inclusivas para pessoas com TEA e outras neurodivergências, com foco em obrigações legais, fluxos intersetoriais e atendimento efetivo.

Tópicos:

1. Deveres legais e responsabilidades do ente público
2. Articulação saúde-educação-assistência (fluxos e referências)
3. Acolhimento, avaliação e planos individualizados
4. Acessibilidade: comunicação alternativa e adaptações razoáveis
5. Planejamento, orçamento, MROSC e contratações de serviços



PROF. MS CLEBER NASCIMENTO

Servidor TCE-RS, há 25 anos. Possui graduação em Administração pela Faculdade Porto Alegrense de Ciências Contábeis e Administração (1990) e segunda formação em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2004). Mestre em Gestão Pública – Universidade Luterana do RS. Mestre em Contabilidade pela Unisinos.

LIMITE DE DESPESAS

LIMITES DE DESPESAS NO RS (APÓS IN 8 DO TCERS, DE 24/09/2025)

Descrição:

Orientações práticas sobre os limites de despesas das Câmaras Municipais no RS à luz da IN nº 8/2025 do TCE-RS (24/09/2025), com ênfase na base de cálculo, itens que entram/saem do cálculo e ajustes nos demonstrativos. Foco em conformidade, transparência e prevenção de apontes.

Tópicos:

1. Base de cálculo dos limites: conceitos, fontes e conciliações contábil-fiscais
2. O que compõe (e o que não compõe) a despesa do Legislativo: pessoal, encargos, terceirizações e outras rubricas
3. Tratamento de inativos/pensionistas e reflexos no cálculo pos-IN 8
4. Limite de despesa do Legislativo x regras de pessoal: articulação com LRF e controles internos



THAIS KRAHN

Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), onde também exerce a função de Coordenadora da Assessoria da Ouvidoria. Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e especialista em Direito Tributário pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atuou como Chefe da Consultoria Jurídica da METROPLAN – Com mais de uma década de experiência na docência e em eventos de capacitação, atua como professora e palestrante nas áreas de Direito Constitucional e Direito Administrativo.

13º SUBSÍDIO E TERÇO DE FÉRIAS

PAGAMENTO DE 13º SUBSÍDIO E TERÇO DE FÉRIAS A AGENTES POLÍTICO – NOVO ENTENDIMENTO DO TCE-RS

Descrição:

Estudos de casos e entendimentos dos Tribunais Superiores e Tribunais de Contas para prevenir irregularidades e corrigir erros frequentes na administração pública. Foco prático em gestão de pessoal, agentes políticos, licitações e contratos, com trilhas de auditoria e segurança jurídica.

Tópicos:

1. **Gestão de pessoal (casos recorrentes):** acumulação de cargos, teto, frequência/carga horária, horas extras, temporários, diárias, repouso, insalubridade (lúcio)
2. **Agentes políticos:** 13º subsídio e terço de férias – novo entendimento do TCE-RS, fundamentos, efeitos, cautelas orçamentárias e registros.
3. **Licitações e contratos:** ETP/TR, pesquisa de preços, escolha do regime/modalidade, riscos comuns (fracionamento, sobrepreço, direcionamento)
4. **Jurisprudência aplicada:** leading cases STF/STJ/TCEs, enunciados/súmulas e parâmetros para tomada de decisão.

LICENÇA 120 DIAS

ENTENDENDO A LICENÇA DE 120 DIAS PARA VEREADOR E TEMAS RELEVANTES AO PODER LEGISLATIVO



EDUARDO LUCHESI

Advogado. Especialista em Direito Tributário pela Universidade de Franca - SP. Especialista em Direito do Estado pela Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul (UFRGS -RS). Experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo, Constitucional e Tributário

Descrição:

Orientações claras sobre a **licença de até 120 dias para vereador**, suas hipóteses, efeitos regimentais e cuidados formais. Ênfase na segurança jurídica, na manutenção da representação parlamentar e na correta convocação do suplente

Tópicos:

1. Fundamentos legais: Lei Orgânica, Regimento Interno e CF/88 (noções essenciais)
2. Hipóteses de licença (saúde, interesses particulares, gestação, missão oficial etc.)
3. Procedimentos formais: requerimento, deliberação, ato da Mesa e publicação
4. Convocação e posse do suplente: prazos, documentos e cessação
5. Efeitos na remuneração, nas comissões, na Mesa Diretora e no quórum



GUILHERME STUMPF

Advogado, formado pela UFRGS, especialista em Direito Administrativo e Gestão Pública pela Fundação do Ministério Público, mestrando em Direito pela UFRGS. Atuou como assessor da Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre entre 2017 e 2020. Atualmente, é assessor jurídico na Câmara Municipal de Porto Alegre.

ASSESSORAMENTO EFICIENTE

A IMPORTÂNCIA DO ASSESSORAMENTO TÉCNICO LEGISLATIVO: GARANTINDO EFICÁCIA E LEGALIDADE NAS PROPOSIÇÕES

Como o assessoramento técnico pode melhorar a qualidade das proposições legislativas e assegurar a conformidade com as normas jurídicas

- **Qualidade Legislativa:** Melhoria na redação e fundamentação das proposições
- **Conformidade Jurídica:** Garantia de que as proposições atendem às normas legais
- **Apoio Técnico:** Ferramentas e recursos para um assessoramento eficaz



VALÉRIA SARAIVA

Graduada em Comunicação Social com ênfase em Publicidade e Propaganda pela UFRGS, Pós-Graduada em Gestão de Vendas e Relacionamento com o Cliente. Presta Consultorias e Mentorias nas áreas de Marketing, Vendas, Gestão e Relacionamento com Clientes e Públicos. Experiência de mais de 15 anos em médias e grandes empresas do Brasil, como Grupo O Boticário e Grendene, com atuação nas áreas de Gestão Estratégica de Marketing, Comunicação e Vendas.

INTELIGENCIA ARTIFICIAL NO SETOR PÚBLICO

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO SETOR PÚBLICO: O FUTURO DA AUTOMAÇÃO GOVERNAMENTAL

Descrição:

Diretrizes para reduzir falhas de entendimento na comunicação governamental, garantindo mensagens claras, consistentes e acessíveis a servidores e cidadãos. Enfoque em padronização, linguagem simples, governança de canais e gestão de riscos comunicacionais

Tópicos:

1. Princípios de comunicação clara: linguagem simples, objetividade e foco no público-alvo
2. Padronização de fluxos e documentos: modelos, checklists e validações internas
3. Governança de canais: definição de porta-vozes, calendários e protocolos de publicação
4. Acessibilidade e inclusão: formatos acessíveis, comunicação visual e adequações legais
5. Gestão de ruídos e crises: monitoramento, correções rápidas e mensagens unificadas
6. Conformidade e proteção de dados: transparência ativa, LGPD e registro de evidências

